



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo PR/PA/MPF nº 1.23.000.001783/2022-11

**1 – OBJETO**

1.1. Aquisição de água mineral, café, açúcar e leite em pó conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**2 – JUSTIFICATIVAS**

**2.1. Da contratação**

O consumo de água é necessidade básica e vital. Considerando o consumo pelo público interno e externo faz-se necessário manter o abastecimento de água constante e sem interrupções.

As instituições públicas e privadas nacionais, adotam o fornecimento de café, leite e açúcar aos colaboradores, como forma de contribuir com a qualidade de vida e o relacionamento interpessoal, proporcionando, neste breve momento de interação entre os servidores, melhoria significativa da percepção da cultura organizacional da instituição.

A contratação também atenderá a presença de agentes públicos e privados externos, como forma de recepcionar adequadamente tais convidados. Desta forma, recomenda-se por manter a oferta destes itens considerando o aspecto cultural brasileiro, a relação custo/benefício e a manutenção e fortalecimento de vínculos.

**2.2. Dos quantitativos**

A quantidade foi definida para suprir a necessidade do órgão para um período estimado de 12 meses e foi definida a partir de dados do consumo histórico registrado, conforme Estudo Técnico Preliminar elaborado.

**2.3. Do agrupamento em lotes**

Os itens café, açúcar e leite em pó serão agrupados por serem da mesma natureza e guardarem relação entre si, bem como os potenciais interessados em fornecer os itens agrupados são os mesmos, indo ao encontro do que preceitua o TCU nos Acórdãos 5.260/2011-TCU -1ª Câmara e Acórdão n.º 1620/2010-TCU Plenário, respectivamente.

O agrupamento também permite o aumento da eficiência administrativa por meio da otimização do gerenciamento de um número menor de fornecedores, pois neste caso, devido a quantidade de itens não seria conveniente e oportuno o fornecimento desses materiais por diversos fornecedores, considerando que lidar com um único ou poucos fornecedores diminui o custo administrativo de gerenciamento no processo de aquisição. Além disso, o agrupamento proporciona maior atratividade do certame aos fornecedores por conta da possibilidade de maior ganho e, em consequência, aumento dos participantes gerando maior competitividade.

**2.4. Da utilização do Sistema de Registro de Preços**

Necessário por se tratar de materiais que há previsão inicial de demanda e também futura, porém sem previsão da exatidão da totalidade necessária, visando também a economia processual. Assim a situação se enquadra no(s) item(ns) disposto(s) no artigo 3º do Decreto nº 7.892, de janeiro de 2013, *in verbis*:

“ Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:(v

*I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;*

*II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;*

*III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou*

*IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”*

2.4.1. Será permitida a Adesão de órgãos não participantes da licitação uma vez que não se verifica empecilhos administrativos ou prejuízos a execução do fornecimento.

## 2.5. Do enquadramento do objeto a ser contratado

O Objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/19, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica.

## 3 – ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E PREÇOS

3.1. Fazem parte da presente especificação, no que forem aplicáveis, as normas dos fabricantes, bem como as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3.2. A proposta deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

3.3. Especificações dos itens:

Descrição
<b>Água mineral</b> , sem gás, acondicionada em <b>garrações transparentes de 20 (vinte) litros</b> de material atóxico e reciclável, devendo os garrações apresentarem, no ato da entrega, lacre de segurança na tampa e rótulo, constando a data do envase (dd/mm/aaaa). A água mineral deve possuir PH em níveis entre 4,00 (quatro) e 8,00 (oito), comprovados no rótulo da embalagem. Devem ser cumpridas as Resoluções RDC Nº 274, de 22/09/2005 e 275, de 21/10/2005. Prazo de validade: mínimo 6 (seis) meses a partir da entrega pelo fornecedor.
<b>Café moído e torrado</b> , de 1ª qualidade, categoria SUPERIOR, conforme Certificado no PQC - Programa de Qualidade do Café, da ABIC, <b>pacote de 250 gramas</b> . Aspecto: em pó homogêneo, torrado e moído. Tipo de café: Gosto predominante de café arábica, admitindo-se café 100% Arábica, não sendo admitida presença de conillon. O produto deve ter moagem fina; processamento natural; aroma intenso; e doçura, acidez e torra médias. No rótulo da embalagem do produto, deverão estar impressas, de forma clara, legível e indelével, informações referentes à identificação do registro, de marca, nome e endereço, peso líquido, fabricação e validade do produto. O produto deve ter validade de no mínimo de 06 (seis) meses a partir da entrega pelo fornecedor
<b>Açúcar cristal em embalagem de 1 Kg</b> , tipo refinado, cor branca, sacarose de cana-de-açúcar, com registro de data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem. O produto deve ter validade de no mínimo de 06 (seis) meses a partir da entrega pelo fornecedor
<b>Leite em pó</b> , integral instantâneo - Leite obtido por desidratação do leite de vaca integral, mediante processos tecnológicos adequados. Deve ter boa solubilidade. Ingredientes básicos: Leite integral, emulsificante lecitina. Apresenta aspecto de pó, cor branco, odor e sabor característicos. <b>Embalagem em 200 gramas</b> . Identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação, validade, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DISPOA. O produto deve estar de acordo com as normas da Vigilância Sanitária quanto à produção, embalagem, rotulagem e informação nutricional, e de acordo com as normas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA. O produto deve ter validade de no mínimo de 06 (seis) meses a partir da entrega pelo fornecedor.

## ITENS AVULSOS

Item	Descrição	Município	Quantidade Total Anual	Valor unitário Máximo	Valor Total Máximo do Item
1	Água mineral 20 litros	Belém	2160	R\$ 7,55	R\$ 16.308,00
2		Altamira	600	R\$ 17,16	R\$ 10.296,00
3		Marabá	360	R\$ 13,20	R\$ 4.752,00
4		Paragominas	260	R\$ 13,20	R\$ 3.432,00
5		Redenção	360	R\$ 13,20	R\$ 4.752,00
6		Santarém	475	R\$ 13,20	R\$ 6.270,00
Valor Total					R\$ 45.810,00

### GRUPO 1 (BELÉM)

Item	Descrição	Município	Quantidade Total Anual	Quantidade mínima do pedido	Valor unitário Máximo	Valor Total Máximo do Item
7	Café 250 gramas	Belém	1200	300	R\$ 10,62	R\$ 12.744,00
8	Açúcar 1 Kg		600	200	R\$ 5,90	R\$ 3.540,00
9	Leite em pó 200 gramas		3000	800	R\$ 9,32	R\$ 27.960,00
Valor Total Máximo do Grupo						R\$ 44.244,00

### GRUPO 2 (ALTAMIRA)

Item	Descrição	Município	Quantidade Total Anual	Quantidade mínima do pedido	Valor unitário Máximo	Valor Total Máximo do Item
10	Café 250 gramas	Altamira	420	90	R\$ 10,62	R\$ 4.460,40
11	Açúcar 1 Kg		144	35	R\$ 5,90	R\$ 849,60
12	Leite em pó 200 gramas		480	60	R\$ 9,32	R\$ 4.473,60
Valor Total Máximo do Grupo						R\$ 9.783,60

### GRUPO 3 (MARABÁ)

Item	Descrição	Município	Quantidade Total Anual	Quantidade mínima do pedido	Valor unitário Máximo	Valor Total Máximo do Item
13	Café 250 gramas	Marabá	288	80	R\$ 10,62	R\$ 3.058,56
14	Açúcar 1 Kg		160	40	R\$ 5,90	R\$ 944,00
15	Leite em pó 200 gramas		600	150	R\$ 9,32	R\$ 5.592,00
Valor Total Máximo do Grupo						R\$ 9.594,56

### GRUPO 4 (PARAGOMINAS)

Item	Descrição	Município	Quantidade Total Anual	Quantidade mínima do pedido	Valor unitário Máximo	Valor Total Máximo do Item
16	Café 250 gramas	Paragominas	204	70	R\$ 10,62	R\$ 2.166,48
17	Açúcar 1 Kg		120	40	R\$ 5,90	R\$ 708,00
18	Leite em pó 200 gramas		432	110	R\$ 9,32	R\$ 4.026,24
Valor Total Máximo do Grupo						R\$ 6.900,72

## GRUPO 5 (REDENÇÃO)

Item	Descrição	Município	Quantidade Total Anual	Quantidade mínima do pedido	Valor unitário Máximo	Valor Total Máximo do Item
19	Café 250 gramas	Redenção	170	45	R\$ 10,62	R\$ 1.805,40
20	Açúcar 1 Kg		160	40	R\$ 5,90	R\$ 944,00
21	Leite em pó 200 gramas		440	110	R\$ 9,32	R\$ 4.100,80
Valor Total Máximo do Grupo						R\$ 6.850,20

## GRUPO 6 (SANTARÉM)

Item	Descrição	Município	Quantidade Total Anual	Quantidade mínima do pedido	Valor unitário Máximo	Valor Total Máximo do Item
22	Café 250 gramas	Santarém	475	120	R\$ 10,62	R\$ 5.044,50
23	Açúcar 1 Kg		225	55	R\$ 5,90	R\$ 1.327,50
24	Leite em pó 200 gramas		280	70	R\$ 9,32	R\$ 2.609,60
Valor Total Máximo do Grupo						R\$ 8.981,60

3.4. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 132.164,68 (Cento e trinta e dois mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos)**.

3.5. A licitação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**.

3.6. Será considerada vencedora a proposta de **MENOR VALOR** desde que atendidas às exigências contidas neste Termo de Referência.

3.7. Será adotado o critério de adjudicação “por item” para a água mineral e “por grupo” para os itens café, açúcar e leite em pó, conforme tabelas do item 3.

## 4 - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1. Os materiais devem ser compostos no todo ou em parte, se possível, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

4.2. Acondicionar os produtos em embalagens compostas, se possível, por materiais recicláveis.

4.3. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível.

4.4. O fornecedor fica obrigado a observar as práticas de sustentabilidade ambiental que lhes competem, naquilo que aplique na forma de Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Lei 12.305, de 02 de fevereiro de 2010 e Decreto 10.936, de 12 de janeiro de 2022.

## 5 - DO LOCAL PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

5.1. O fornecimento da água mineral ocorrerá em data programada com o Setor de Logística e/ou Seção de Manutenção, que encaminhará por e-mail a solicitação do item em até 5 (cinco) dias antes da data programada para entrega.

5.2. O fornecimento do café, açúcar e leite em pó ocorrerá em até 20 (vinte) dias contados a partir da requisição do Setor de Logística e/ou Seção de Manutenção.

5.3. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, e com a anuência do setor ou fiscal responsável.

5.4. Os materiais deverão ser entregues nos seguintes endereços:

<b>Endereços</b>
<b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ</b> Rua Domingos Marreiros, 690 – Bairro Umarizal Belém/PA - Cep 66-055-215 Telefone: (91) 3299-0111
<b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA</b> Av. Tancredo Neves, nº 3256 – Bairro Jardim Independente II Altamira/PA - Cep: 68.372-222 Telefone: (93) 3515-2526
<b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARABÁ</b> Rodovia Transamazônica, nº 1076 - Bairro Amapá Marabá/PA - Cep 68.502-700 Telefone: (94) 3312-1500
<b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS</b> Rua Nagib Demaschik, s/n - Bairro Parque das Américas Paragominas/PA - Cep 68.627-692 Telefones: (91) 3739-0813 e (91) 3739-0809
<b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO</b> Av. Independência, nº 91 - Núcleo Urbano Redenção/PA - Cep 68553-055 Telefones: (94) 3424-1537 e (94) 3424-3644
<b>PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM</b> Av. Marechal Castelo Branco, nº 915– Interventoria Santarém/PA - Cep 68.908-198 Telefones: (93) 3512-0800 / 3512-0848 / 3512-0846 / 3512-0855

## **6 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades;
- 6.2. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais de conformidade com o objeto contratado;
- 6.3. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA.
- 6.4. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.
- 6.5. Deverá observar em todas as fases de contratação os critérios dispostos para a sustentabilidade ambiental e de forma a não frustrar a competitividade.
- 6.6. Notificar o fornecedor em razão de qualquer descumprimento das obrigações e deveres assumidos neste Termo de Referência, exigindo a imediata correção da irregularidade, sem prejuízo das penalidades previstas para cada caso.
- 6.7. Aplicar as penalidades e demais medidas previstas neste Termo de Referência, por descumprimento de obrigações e deveres neles previstos.

## **7 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 7.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.
- 7.2. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender
- 7.3. Substituir o material não aceito pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do aviso de rejeição.
- 7.4. Entregar o material nos prazos definidos neste instrumento.
- 7.5. Não será permitida à CONTRATADA substituir a marcas do produto oferecido sem consulta à CONTRATANTE.



7.6. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados ou decorrentes da execução do objeto do presente instrumento, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

7.7. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do objeto.

7.8. Apresentar à CONTRATANTE nota fiscal de venda do material, informando nome do banco, número da agência e da conta bancária para efeito de pagamento das obrigações.

7.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, no prazo que lhe for estabelecido.

7.10. Manter todas as condições de habilitações e qualificação regularmente exigidas na dispensa de licitação durante a vigência da contratação, cumprindo e fazendo cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas bem como as normas previstas na Lei n.º 8.666/1993 e demais normas de regência;

7.11. Acusar o recebimento da Nota de Empenho no prazo máximo de até 24 horas após o seu envio. A comprovação poderá ser realizada por e-mail.

7.12. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da PR/PA, a seus servidores ou ao público em geral, em decorrência da confecção e entrega do material em desacordo com as especificações deste instrumento, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

7.13. Receber o garrafão de água independente da marca/fabricante, desde que esteja dentro da validade e sem avarias.

## 8 - DO RECEBIMENTO

8.1. Os materiais entregues pela CONTRATADA serão recebidos pelo CONTRATANTE, obedecido o prazo estipulado para conclusão, da seguinte forma:

8.1.1. **Provisoriamente:** mediante recibo, após efetuada a entrega dos materiais, para posterior verificação da sua conformidade com a especificação.

8.1.2. **Definitivamente:** mediante recibo, em até **15 (quinze) dias úteis** após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade, etc), ocasião em que se fará constar o atesto da Nota Fiscal.

8.2. Caso os materiais estejam em desconformidade com o especificado neste Termo de Referência, serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a refazê-los, a suas expensas, no prazo de **5 (cinco) dias** contados da data de recebimento da notificação.

8.2.1. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanções contratuais.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.4. A nota de empenho substitui o instrumento de contrato, nos termos do art. 62, caput e § 4º da Lei 8.666/93, e a adjudicatária passa à condição de CONTRATADA após recebê-la. Desse modo, deve observar as obrigações assumidas, sujeitando-se às sanções previstas neste Termo de Referência.

## 9 - DO FATURAMENTO

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Estado do Pará, CNPJ nº 26.989.715/0019-31, emitida após a entrega do objeto, no prazo especificado, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade junto à Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede e à Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011.

9.1.1. A liberação da nota fiscal para pagamento ficará condicionada ao atesto da unidade responsável pelo acompanhamento e recebimento dos objetos ora contratados.

9.2. Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, conforme legislação vigente.

9.2.1. A inexistência do destaque de que trata o item anterior não impede a retenção por parte do CONTRATANTE;

9.2.2. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

9.3. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso.

## 10 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelos materiais efetivamente entregues, em moeda nacional, em até **30 (trinta) dias corridos** a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal do mês de referência, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

10.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

10.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

10.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo}$$

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

**Em que:**

**I** = Índice de atualização financeira;

**TX** = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso.

10.5.1. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

10.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar junto

a Nota Fiscal declaração com a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

## 11 - DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993 para a presente contratação.

## 12 - DAS SANÇÕES

Redação conforme Parecer nº 126/2021/CONJUR e IN nº2/2020-MPF.

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não manter a proposta.

12.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às **sanções estabelecidas na Instrução Normativa nº 2, de 3 de março de 2020, do Ministério Público Federal.**

12.2.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada ou licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

12.2.2. As infrações cometidas nos certames licitatórios e nos contratos administrativos celebrados com o Ministério Público Federal ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Órgão Sancionador, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos termos dos Arts. 15, 19 e 20 da IN nº 02/2020-SG/MPF;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da penalidade, nos termos dos Arts. 16, 18, 19 e 20 da IN nº 02/2020-SG/MPF;

V – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

12.2.3. A penalidade de advertência será aplicada na hipótese de falta leve, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, nos termos do Art. 6º da IN nº 02/2020- SG/MPF.

20.2.3.1. Considera-se falta leve o descumprimento contratual que não acarrete prejuízo significativo para a Administração, não interfira diretamente na execução do objeto e não comprometa prazos e/ou serviços.

12.2.4. A penalidade multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.2.4.1. Multa moratória aplicada em virtude do atraso injustificado no cumprimento das obrigações assumidas, e corresponderá ao percentual de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 10% (dez por cento), nos termos do Art. 8º da IN nº 02/2020-SG/MPF.



20.2.4.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial;

20.2.4.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total.

12.2.5. Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento das obrigações assumidas.

12.2.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos regularmente comprovados, o montante remanescente poderá ser cobrado judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.2.7. A Guia de Recolhimento da União – GRU deverá ser paga no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento pela empresa sancionada, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

12.2.8. Caso a empresa não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será:

I – descontado dos créditos que a contratada fizer jus, no âmbito da mesma contratação;

II – descontado da garantia;

III – cobrado judicialmente.

### **13 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

13.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

13.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove no mínimo o fornecimento de 40% das quantidades vencidas indicadas neste instrumento.

### **14 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

### **15 – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO**

15.1. O preço contratado será fixo e irrevogável.

### **16 – DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

Atividade	Responsável	Base Legal
Elaboração	FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS SOUTO VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA	Decreto nº 10.024/2019
Aprovação	<b>Aprovo Termo de Referência por entender que o disposto no encargo da contratação atende de forma eficiente e eficaz a necessidade da administração.</b>	<u>Art. 14. No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:</u>  I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;  II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar;
	RENATO TABOSA KOCH COUTINHO	



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-PA-00048101/2022 TERMO DE REFERÊNCIA nº 41-2022**

Signatário(a): **FRANCISCO CARLOS DOS SANTOS SOUTO**

Data e Hora: **23/09/2022 12:43:40**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **RENATO TABOSA KOCH COUTINHO**

Data e Hora: **23/09/2022 14:28:50**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA**

Data e Hora: **23/09/2022 12:43:19**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 8269fe8c.4d7b3d10.91373f4d.4bee5ee7